



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATO**

Referência: Processo n.º 00024.000014/2014-69
Pregão, na forma eletrônica, nº 010/2014.

Trata-se da análise da impugnação ao Edital do Pregão em epígrafe, interposta tempestivamente, que tem objeto a seleção e contratação de empresa, para fornecimento de fragmentadoras.

I – DO PLEITO

A Impugnante, após análise do edital, apresenta seus argumentos, que em síntese, passamos a transcrever, conforme segue:

II – DA OBRIGATORIEDADE LEGAL DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA E COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA - DECRETO Nº 7.174/2010.

Diante disso, verifica-se que o presente instrumento convocatório não foi elaborado conforme determina o Decreto nº 7.174/2010, que exige, obrigatoriamente, que os editais prevejam referidas certificações regulamentadas pela Portaria 170/2012 do INMETRO, senão vejamos: (...)

III – DO EQUIPAMENTO QUE ATENDA A SUSTENTABILIDADE NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS – SISTEMA DE GERENCIADOR DE ENERGIA”.

(...) Assim, para que possam fazer uma compra mais econômica e do ponto de vista sustentável, recomendamos que seja solicitado SISTEMA DE ECONOMIA DE ENERGIA QUE DESLIGA AUTOMATICAMENTE A FRAGMENTADORA APÓS CERTO TEMPO DE USO.

IV – DA NECESSIDADE DE ABERTURA E COMPARTIMENTO EXCLUSIVO PARA COLETA DOS FRAGMENTOS DE CD’S, DVD’S E CARTÕES MAGNÉTICOS.

Portanto, para que este órgão realize uma compra responsável e eficiente no aspecto ecológico, bem como a adequação do presente instrumento convocatório a estrita legalidade, é de suma importância que haja a exigência de **abertura e compartimento exclusivo para coleta dos fragmentos de Cds/Dvds e cartões**, é necessária, fundamental e bastante Legal para a tão importante sustentabilidade nacional.

V – DA AUSÊNCIA DA EXIGÊNCIA DE CILINDROS MACIÇOS NAS FRAGMENTADORAS – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA, IGUALDADE E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

Ante todo o exposto, com o objetivo de levar a efeito uma licitação vantajosa e eficiente, em razão da aquisição de uma fragmentadora de qualidade e duradoura para uso departamental, requer-se seja incluída exigência de fragmentadoras com **Cilindros de Corte Maciços**.

VI – EDITAL NÃO MENCIONA O TIPO DE MATERIAL QUE AS ENGRENAGENS E PENTES RASPADORES DEVERÃO SER FEITOS

Posto isso, para o atendimento da eficiência do presente procedimento licitatório, **faz-se necessária à exigência de fragmentadoras que tenham todos os dentes e engrenagens metálicas**, com vistas à aquisição de um equipamento de qualidade e duradouro.

VII – DA AUSENCIA SOBRE A ABERTURA MÍNIMA DE INSERÇÃO DO PAPEL.

Por isso, recomenda-se que seja incluído no instrumento convocatório o tamanho da **abertura de inserção para no mínimo 250 mm**, dimensão essa amplamente comercializada pelos fabricantes e seus representantes.

VIII – DA EXIGÊNCIA AO VOLUME DO CESTO QUE RESTRINGE A COMPETITIVIDADE.

Assim, em atenção à ampla concorrência face aos diversos equipamentos similares comercializados no setor, identificou-se que pelas descrições edilícias da máquina licitada, a retificação do item para exigência de um cesto **MÍNIMO de 60 litros**, amplamente comercializado, trará mais eficiência na contratação, conforto e comodidade para todo o setor.

IX – DA EXIGÊNCIA DE PESO, COR E DIMENSÕES QUE DIMINUEM ASSUSTADORAMENTE O ROL DE COMPETIDORES

Posto isso, desejando participar da presente licitação, **requer sejam excluídos referidas exigências as quais exigem “peso, cor e dimensões” exclusivas, a fim de preservar a ampla competitividade**. É o que desde já se requer!

X – DA AUSENCIA NO EDITAL SOBRE O TIPO DE REVERSO O QUAL A MÁQUINA DEVERÁ POSSUIR – MANUAL/AUTOMÁTICO.

Posto isso, recomenda-se, portanto, que este órgão realize a licitação de fragmentadoras que possuam **reverso automático**, com objetivo de adquirir equipamentos duráveis e que possa atender de forma eficiente as suas necessidades para destruição contínua e regular de documentos confidenciais, é o que desde já se requer!

II – DA APRECIÇÃO

Relevante registrar que os pontos questionados de III a X referem-se a questões eminentemente técnicas, que fogem da alçada do pregoeiro, considerando que as especificações constantes do edital refletem conteúdo do termo de referência.

Com relação aos apontamentos da Impugnante, a área técnica demandante manifestou-se nos seguintes termos, *verbis*, a respeito dos itens III a X da impugnação:

- “1) Os equipamentos modernos já contemplam o recurso não necessitando de ser mencionado.
- 2) Na descrição da lixeira, discrimina espaço destinado para papel e outro para cd, cartão e grampo, o que subentende a exclusividade também para a abertura.

- 3) Na descrição contempla eixo e navalhas em aço o que entendemos ter o mesmo significado.
- 4) Conforme informado no item 3.
- 5) Apesar de não ser mencionado é notório que os órgãos públicos trabalham com papéis padronizados no formato A4 e ofício 75gr/m² devendo atender, no mínimo, a esta demanda.
- 6) A capacidade de litros do cesto foi solicitada visando atender aos diversos ambientes/espços onde serão utilizados equipamentos.
- 7) A solicitação de medidas e peso visa adequar aos ambientes/espços onde serão utilizados os equipamentos, e a cor preta para promover harmonia entre os equipamentos e mobiliário em uso, com a fabricação comumente produzida em escala.
- 8) Conforme informado no item 1, os equipamentos modernos já contemplam este recurso podendo ser automático.

Em síntese, informamos que a descrição solicitada atende a demanda da Presidência da República e que a intenção não é de restringir a competitividade e sim alcançar maior concorrência do certame.

Ressaltamos que a referência indicada foi apenas para orientação dos recursos mínimos necessários, ficando em aberto os demais recursos para apresentação dos concorrentes. Desta forma, entendemos que não há impedimentos na descrição do objeto em questão.”

A respeito do questionamento elaborado no item II da impugnação, que versa sobre a obrigatoriedade legal da exigência de certificação de segurança e compatibilidade eletromagnética - Decreto nº 7.174/2010, cumpre trazer para esta análise a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU pertinente ao assunto:

A questão debatida nestes autos é a adequação do edital do Pregão Eletrônico 162/2012 à legislação, especificamente o fato de não ter constado a exigência de serem apresentadas as certificações tratadas no inciso II do art. 3º do Decreto 7.174/2010, quanto à segurança para o usuário e instalações, à compatibilidade eletromagnética e ao consumo de energia. (...)

Veja-se que não há norma que exija a certificação para a comercialização de produtos de informática. A certificação instituída pela Portaria 170/2012 do Inmetro é voluntária. Com ou sem certificado - seja do Inmetro ou de instituições por ele credenciadas -, os produtos de informática são licitamente comercializados no País. E, como bem ponderou a Dataprev, são inúmeros os produtos que integram o mercado de informática e, eventualmente, muitos deles podem não ser certificados. Portanto, a exigência de certificação possui, sim, caráter restritivo. (...)

Ademais, fosse admitida a possibilidade de o Inmetro exigir a certificação como condição prévia para a comercialização de bens de informática no País, lícito seria o edital de licitação expressamente exigir tais certificados, uma vez que o administrador estaria apenas se assegurando que o produto atende às especificações definidas para sua comercialização. (...)

Não há autorização legal para a estipulação de novos requisitos de habilitação por meio de norma regulamentar. O inciso II do art. 3º do Decreto 7.174/2010 extrapolou, pois, do poder regulamentar e restringiu indevidamente o caráter competitivo do certame.

ACÓRDÃO 670/2013-PLENÁRIO

III - CONCLUSÃO

Analisadas as alegações da Impugnante e considerando os argumentos trazidos pela área técnica, **CONHEÇO** a impugnação por ser tempestiva e estar nos moldes legais para, no mérito, julgar **IMPROCEDENTE**, por ausência de fundamentação plausível na sustentação do pleito da Impugnante.

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Guilherme Paiva Silva

Pregoeiro/PR